

N.F. Nº - 206922.0037/18-1
NOTIFICADO - CARLOS HENRIQUE DE MACEDO
NOTIFICANTE - MARCOS LOPEZ COSTA SANTOS
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 18.07.2022

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0175-06/22NF-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOAÇÃO DE CRÉDITOS. Comprovada a ocorrência de decadência do lançamento. A ciência do Contribuinte acerca do lançamento, para efeito da contagem do prazo decadencial, ocorreu após decorrido lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, consoante estabelecido no inciso I do art. 173 do CTN. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 12/12/2018, exige do Notificado ITD no valor de R\$971,13 mais multa equivalente a R\$582,68 e acréscimos moratórios no valor de R\$508,68, perfazendo um total de R\$2.062,49, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.01: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos.

Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 15/42), vindo inicialmente contestar e solicitar o cancelamento da Notificação Fiscal.

Diz que o fato narrado na referida notificação e nos demais documentos não se trata de uma doação, que equivocadamente foi colocada no texto da declaração do imposto de renda de 2012/2013, já que o bem não lhe pertencia, não podendo doar algo que não tem o domínio. Como comprovado nas declarações de 2012/2013 e 2013/2014, o veículo foi financiado em 48 meses e já tinha pago 26 parcelas, sendo que o mesmo estava alienado ao Banco ITAU, o que seria impossível ser doado.

Esclarece que ocorreu uma transferência de responsabilidade/venda, sem exigência de valores da pessoa que assumiu as demais parcelas (obrigações), pois não estava mais em condições de pagar as parcelas restantes de R\$1.067,33. Isso pode ser comprovado por meio dos documentos 2,3,4,5 e 6, que demonstram a assunção de responsabilidade (Contrato com Itaucard) e os pagamentos das parcelas a partir de 27ª, agora pela pessoa que assumiu tal compromisso.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Na Informação Fiscal (fl. 44), o Notificante resume os dados concernentes ao lançamento e da defesa apresentada, para em seguida informar que:

“Sobre as alegações do contribuinte tenho a informar que mantemos integralmente a notificação, pois o mesmo declara que fez a doação para a filha e não comprova em nenhum momento o pagamento do imposto devido. Sendo assim somos pela procedência total da mesma, salvo melhor juízo dos senhores. ”

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ITD no valor de R\$ 971,13 mais multa equivalente a R\$582,68 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 508,68, perfazendo um total de R\$2.062,49 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de créditos no valor de R\$27.746,57, declarado no Imposto de Renda, ano calendário 2013. Registre-se que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Na defesa, o Notificado alega que não cabe a Notificação Fiscal pois não se trata de uma doação como foi equivocadamente lançado na declaração do imposto de renda do ano calendário de 2013, trata-se na realidade de uma transferência de responsabilidade/venda, sem exigência de valores da pessoa que assumiu as demais parcelas (obrigações) de um veículo financiado junto ao Banco ITAUCARD, para sua filha Paloma Asenjo de Macedo e apresenta alguns documentos para comprovar sua argumentação.

O Notificante na informação fiscal não acata as argumentações defensivas e solicita a manutenção da Notificação Fiscal.

Em que pese o Notificado não ter levantado a hipótese da decadência, entendo que é dever de ofício deste relator analisar esta questão no processo.

De acordo com o art. 173, I do CTN, “o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado”.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

Compulsando os documentos constantes nos autos, encontro a seguinte situação: i) a Notificação Fiscal foi lavrada em 12/12/2018 referente ao fato gerador ocorrido em 2013; ii) a Intimação, para que o Notificado efetuasse o pagamento do débito fiscal ou apresentasse defesa no prazo de 60 (sessenta) dias ao Conselho Estadual de Fazenda, foi emitida em 10/01/2019 (fl.12), cuja respectiva ciência ocorreu em **17/01/2019** (fl. 13); iii) na cópia da DIRPF exercício 2014, ano-calendário 2013 do Impugnante, consta a declaração de uma doação no ano de **2013**, de valor equivalente a R\$27.746,62, para sua filha Paloma Asenjo de Macedo, dando baixa deste mesmo valor na sua declaração de Bens e Direitos (fls.15/16).

Note-se que a doação (fato gerador do imposto), realizado pelo Notificante, ocorreu no ano de **2013** e a ciência do lançamento, para efeito da contagem do prazo decadencial, somente se aperfeiçoou em **17/01/2019**, conforme entendimento já pacificado neste colegiado.

Como o Notificado só tomou ciência cinco anos e dezessete dias depois, entendo ter decaído o direito da Fazenda Pública Estadual de exigir o imposto referente a esta doação, haja vista ter decorrido lapso temporal superior a 05(cinco) anos, conforme disciplina o inciso I do art.173 do Código Tributário Nacional.

Pelo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE**, a Notificação Fiscal nº **206922.0037/18-1**, lavrada contra **CARLOS HENRIQUE DE MACEDO**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 12 de julho de 2022

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR